

Para romper o círculo da "economia infernal"

"Temos de ser claros e realistas. O fato é que não podemos ter uma economia com preços congelados e salários crescentes. Não há economia que consiga manter os preços congelados por muito tempo. Com a nova política de preços o governo pretende deixar tudo às claras. Estamos pondo um fim à economia clandestina e vamos trabalhar com a realidade."

São palavras — acreditem se quiserem! — do ministro Dílson Funaro, que, finalmente, entra em sintonia com o resto do País.

Restabelece-se a tranquilidade perdida? Em parte, apenas. O mercado, que não faz julgamentos, reagiu imediatamente, como mostram os indicadores das bolsas de valores. Mas a tranquilidade dos brasileiros só se restabelecerá completamente se este anúncio oficial do fim do congelamento por parte de nossa mais alta autoridade econômica tivesse sido voluntário; se ele tivesse sido apresentado apenas como o fim de uma etapa do processo de ajuste econômico, como, aliás, era previsto pelo Plano Cruzado original. Não foi. O ministro que até ontem insistia em prometer que manteria o congelamento indefinidamente foi apenas obrigado a dobrar-se a uma realidade inexorável ao anunciar o fim do congelamento. E isso tira quase todo o seu mérito e também muito da tranquilidade que poderia resultar deste anúncio para os brasileiros.

"Eu não quero o funcionamento de uma economia infernal", disse o ministro, "mas sim o de uma economia normal". Mas antes que os mais afoitos se pudessem entusiasmar, o ministro esclareceu o que é, para ele, uma economia "normal": "uma economia dirigida, com preços administrados". "A nova política", prosseguiu o ministro, "não significa ainda a volta completa à economia de mercado. Isso só vai acontecer quando o nível de oferta for compatível com o de demanda. Quando isso acontecer, a política rígida (grifo nosso) de preços administrados será substituída pelas forças de mercado, pela livre concorrência. Até lá, realinharemos os preços através de um estudo meticoloso, feito caso a caso" (grifo nosso).

Sobre esse aspecto, gostaríamos de recordar ao ministro que o nível de oferta não é, hoje, compatível com o de demanda, exatamente porque, como sempre acontece nestes casos, os últimos estudos meticolosos de caso por caso feitos com o intuito de congelar os preços em patamares compatíveis com a realidade falharam completamente. Por isso parece-nos que repetir, com outra dosagem, o mesmo erro que criou o problema não é a melhor maneira de se sair definitivamente dele. Poderá, no máximo, torná-lo menos agudo. Acreditamos que a melhor atitude que o ministro Funaro poderia tomar neste momento em que está claro para todo o mundo que o Plano Cruzado acabou, — ou foi um aborto? —, seria admiti-lo com toda a franqueza e humildade e aproveitar a oportunidade para, em vez de ficar tentando salvar a face, desengessar o mais possível a economia, de modo a evitar novos problemas mais adiante.

A lição que o ministro Funaro acaba de receber — e que acaba de ser forçado a admitir que recebeu — foi a de que por maiores que sejam as boas intenções que se tenham e a qualidade da assessoria técnica de que se disponha, não existem mesmo meios de prever todas as reações do organismo vivo da economia, quando nele se intervém. Foi a de que não existe mesmo nenhum expediente engendrado pelos homens que seja capaz de substituir com um mínimo de eficácia os mecanismos auto-reguladores do mercado.

No artigo que escreveu terça-feira passada para O Estado de S. Paulo, o ex-diretor do Banco Central, professor Afonso Celso Pastore, descrevia com todas as minúcias técnicas o verdadeiro calvário percorrido pelas autoridades da Nova República em suas tentativas inúteis de escapar, com mais intervenções, às armadilhas criadas em seu caminho por cada uma das intervenções anteriores, na esperança de "salvar" o Plano Cruzado. Cada buraco tapado resultava na abertura de outro ainda maior; cada problema contornado acumulava pressões para o futuro imediato; cada nova intervenção amarrava mais as mãos dos gestores da economia e restringia mais o seu espaço de manobra. "Sem a possibilidade de corrigir preços, caminho normal para atenuar os problemas do abastecimento, porque tinha sobre sua cabeça a espada do gatilho salarial" — recordava Pastore —, "o governo também não podia cortar os subsídios nem o déficit público (as causas estruturais da inflação). A idéia era preservar o poder aquisitivo dos assalariados, reforçado pela maior demanda de mão-de-obra, e evitar uma política monetária restritiva, pois ela implicaria taxas de juros crescentes, as quais tornariam inviáveis os investimentos privados, frustrando o crescimento da produção (...) O governo via-se com um grau de liberdade muito reduzido para alterar a política econômica, e sua saída aparente era a manutenção do congelamento que, apesar dos ágios e da maquiagem de produtos, garantia certa estabilidade de preços. No entanto, era uma saída falsa, já que o excesso de demanda mantido pela imobilidade das políticas monetária e fiscal acabou repercutindo sobre o balanço de pagamentos em virtude da brusca queda do superávit comercial. Surgiu então o problema da rápida diminuição das reservas cambiais do País..."

Talvez fosse a isso que o ministro Funaro se referia quando falou em uma "economia infernal". Mas a maneira que encontrou para escapar a esse círculo infernal foi iniciar outro, com o Cruzado II, "um pacote fiscal montado para gerar recursos adicionais no valor de 160 bilhões de cruzados (...) que dava a impressão de resolver o problema do déficit público e eliminar o excesso de demanda", segundo o professor Pastore. "Com estas medidas" — prosseguia o ex-diretor do BC —, "as autoridades julgavam ter salvo o Plano Cruzado, embora admitissem o seu impacto inflacionário. No entanto, ficou claro que o governo subestimou esse impacto, pois as reações do organismo econômico são bem mais complexas do que as supostas nesta visão superficial de como reage a economia. Os reajustes de preços e tarifas determinados pelo Cruzado II em percentuais extremamente elevados acabaram de vez com o clima de confiança estabelecido em 28 de fevereiro, soltando uma raposa no galinheiro das expectativas" (de inflação, anteriores ao Cruzado II).

É aí, precisamente, que está o xis do problema: as reações do organismo vivo da economia são sempre bem mais complexas do que as que podem supor os que nela ousam intervir. É isso que já descobriram, há muito tempo, todos os governos dos países ricos — que por isso estão ricos. E é isso também que estão descobrindo, nos últimos anos, muitos governos de países pobres, que, por isso, estão ficando, rapidamente, cada vez menos pobres. Nem mesmo os países comunistas e socialistas, cujos regimes políticos estão perfeitamente aparelhados para manter indefinidamente o alheamento à realidade econômica do mercado — coisa que não acontece com o regime brasileiro —, seja qual for o custo que isso tenha para seus povos, porque, nestes regimes, as CUTs não são permitidas nem a opinião pública pode manifestar-se, nem esses governos, dizíamos, insistem já naquilo em que nossas autoridades ainda querem insistir. Talvez porque tenham tido a oportunidade de se verem presos em muito mais círculos infernais sucessivos do

que os que assombram agora o ministro Funaro e já saibam que não há maneira de se sair deles, senão se dobrando à realidade do mercado.

É evidente que não esperamos que o ministro Funaro libere completamente a economia, neste momento em que os efeitos das últimas décadas de intervenções sucessivas ainda estão muito presentes, sendo alguns deles — como, por exemplo, o inchaço do Estado — de difícil e lenta desmontagem. O retorno à realidade terá mesmo de ser gradual e cuidadoso, de modo que o choque não seja violento demais. Mas se reconhecesse o seu erro de princípio e desse a entender à população brasileira que esse erro de princípio não se repetirá, se afirmasse claramente que a meta permanente do governo é voltar à realidade da economia de mercado, então, sim, estaria devolvendo a tranquilidade à Nação. Mas, enquanto insistir em dizer "desculpem, fiz a intervenção errada e agora farei a intervenção certa", os brasileiros saberão que é aproveitar enquanto durar, porque um novo círculo infernal fatalmente se instalará ali adiante...